



EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA (ANCINE): PRIORIDADES E PERSPECTIVAS PARA O SETOR AUDIOVISUAL

Geovanna Freire de Andrade¹

Guilherme Teixeira de Sousa França²

Alessandro Augusto Jordão³

Jéssica Bastida Raszl⁴

Resumo: A pesquisa analisa a dotação e execução orçamentária da Agência Nacional do Cinema (ANCINE) na última década, visando entender tendências e identificar áreas prioritárias e o foco estratégico do setor audiovisual brasileiro. Utilizou-se uma investigação exploratória, descritiva e analítica, a partir de dados abertos do Portal do Orçamento Federal (SIGA Brasil). A contribuição original está em evidenciar o papel da ANCINE no fortalecimento do cinema nacional, preenchendo lacuna na literatura e oferecendo insights para formuladores de políticas e transformações sociais. Concluiu-se que houve variações significativas na alocação de recursos e priorização de despesas de capital em "promoção comercial", além da "difusão cultural", indicando foco estratégico na expansão do cinema brasileiro no mercado interno e externo.

Palavras-Chaves: ANCINE; Gestão Orçamentária; Setor Audiovisual Brasileiro

Abstract: The research analyzes the allocation and budget execution of the National Film Agency (ANCINE) over the last decade, aiming to understand trends and identify priority areas and the strategic focus of the Brazilian audiovisual sector. An exploratory, descriptive, and analytical investigation was conducted using open data from the Federal Budget Portal (SIGA Brasil). The original contribution lies in highlighting ANCINE's role in strengthening national cinema, filling a gap in the literature and offering insights for policymakers. It was concluded that there were significant variations in resource

allocation and a prioritization of capital expenditures in "commercial promotion" and "cultural diffusion," indicating a strategic focus on the expansion of Brazilian cinema in both domestic and international markets. for ensuring operational excellence and competitiveness in the aviation sector.

Keywords: ANCINE; Budget Management; Brazilian Audiovisual Sector.

1. INTRODUÇÃO

O setor audiovisual brasileiro ainda enfrenta desafios significativos, acentuados pela pandemia de COVID-19, que resultaram na interrupção de diversas produções nacionais. Além da escassez de recursos financeiros, observa-se a redução das equipes técnicas e o direcionamento crescente das produções para plataformas de streaming, que, apesar de tornarem os projetos mais econômicos e econômicos, também trazem implicações para a qualidade e o alcance das produções.

Certamente a relevância das políticas públicas de financiamento no setor audiovisual brasileiro e a importância da cultura para o desenvolvimento econômico e social do país são amplamente discutidas na literatura e nas políticas de incentivo, assim, a alocação de recursos públicos, associada a leis de incentivo fiscal, busca garantir o direito à cultura como um direito fundamental, conforme destacado por Souza e Alem (2016).

O fim oficial da Ditadura Militar no Brasil (1985), teve promulgada a nova Constituição, consolidando o processo de redemocratização. Assim, nessa transição para democracia, o setor cultural e audiovisual foi impactado profundamente. Essa política de abertura possibilitou uma maior liberdade de expressão, incentivando a criação de conteúdos que abordassem temas antes de censurados e promovendo o fortalecimento da identidade cultural brasileira. O processo de democratização permitiu ainda uma reorganização institucional e de financiamento, incentivando a criação de novas políticas públicas para o setor (Napolitano, 1985). Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Estado Brasileiro assumiu o papel de promotor e fomentador da cultura, visando assegurar o acesso da população às diversas manifestações culturais. No entanto, estudos anteriores indicam que a dependência de incentivos fiscais gera limitações estruturais nas políticas culturais, evidenciando a necessidade de um exame detalhado

sobre como os recursos orçamentários são alocados e gerenciados para otimizar seu impacto (Silva et al., 2018; Carneiro et al., 2019).

A análise dos gastos públicos com cultura, especialmente no setor audiovisual, revela tanto desafios quanto oportunidades na gestão orçamentária, aspectos essenciais para que o Estado cumpra seu papel constitucional de promoção cultural.

Esta pesquisa busca preencher lacunas na literatura relacionadas às variações e prioridades orçamentárias, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada do papel da Agência Nacional do Cinema (ANCINE) no fortalecimento da indústria cultural brasileira.

Assim, a presente pesquisa tem como objetivo examinar a dotação de recursos e a execução orçamentária da ANCINE ao longo da última década, analisando as variações nos valores empenhados e pagos, bem como as categorias econômicas e subfunções orçamentárias, apontando áreas prioritárias e o foco estratégico do setor audiovisual brasileiro.

A estrutura da pesquisa compreende, além desta introdução, cinco seções de desenvolvimento que detalham os aspectos analisados, seguidas das considerações finais, onde são discutidos os principais achados e suas implicações para o setor e para futuras pesquisas.

2. OBJETIVO

Nesse contexto, o objetivo central foi examinar a dotação de recursos e a execução orçamentária da Agência Nacional do Cinema (ANCINE) ao longo da última década. Buscou-se, mais especificamente analisar as variações nos valores empenhados (e pagos), identificando tendências que refletem momentos de expansão, consolidação e retração do orçamento, além de examinar categorias econômicas e subfunções orçamentárias, apontando áreas prioritárias e o foco estratégico do setor audiovisual brasileiro.

3. METODOLOGIA

Em consonância com o objetivo desta pesquisa, adotou-se uma investigação exploratória, de natureza descritiva e analítica, com o propósito de aprofundar a

compreensão sobre a alocação de recursos e execução orçamentária da Agência Nacional do Cinema (ANCINE) ao longo da última década. Para isso, foram coletados dados orçamentários por meio do Portal do Orçamento (SIGA Brasil), acessado em 31 de outubro de 2024. O SIGA Brasil, desenvolvido pelo Senado Federal, oferece acesso a dados financeiros do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e de outras bases governamentais, facilitando o controle social dos gastos públicos e permitindo a análise da aplicação dos recursos.

As variáveis coletadas incluem: Ano de Empenho, Ação, Função e Subfunção de Despesa (DESP), Categoria Econômica, Programa, Unidade Gestora (UG), valores empenhados e pagos (incluindo Restos a Pagar - RP). Os valores foram corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), garantindo comparabilidade ao longo dos anos. Essas variáveis permitiram uma análise detalhada das tendências orçamentárias, facilitando a identificação de fases de expansão, consolidação e retração dos recursos destinados ao setor audiovisual brasileiro. Além disso, as categorias econômicas e as funções e subfunções orçamentárias foram analisadas, possibilitando a identificação de áreas prioritárias e do foco estratégico da ANCINE.

Por fim, os resultados foram sumarizados para oferecer insights relevantes para futuras pesquisas e implementações práticas.

4. DESENVOLVIMENTO

1. Evolução do Orçamento

A análise dos dados revela tendências significativas na alocação de recursos ao longo da última década, refletindo potenciais mudanças nas políticas de financiamento e nas prioridades do setor audiovisual brasileiro.

Observa-se uma evolução notável nos valores empenhados e pagos, sugerindo ajustes estratégicos em resposta a dinâmicas internas e externas ao setor. Entre 2011 e 2013, identifica-se um aumento dramático nos valores pagos, que escalaram de aproximadamente 2,44 milhões para cerca de 1,17 bilhão. Esse crescimento acentuado pode ser interpretado como uma expansão nas atividades ou nos programas financiados pela ANCINE, possivelmente em resposta a um período de fomento intensivo ao setor

audiovisual, alinhado com políticas governamentais de incentivo à cultura e à produção nacional.

No período de 2014 a 2017, com o início do registro dos valores empenhados, observa-se uma tendência de aumento até 2016, alcançando o pico de aproximadamente 1,33 bilhão, seguido de um ligeiro decréscimo em 2017. Esse comportamento sugere uma fase de consolidação das iniciativas anteriormente expandidas, com uma posterior estabilização ou ajuste orçamentário.

De 2018 a 2021, tanto os valores empenhados quanto os pagos apresentam uma tendência declinante, indicando uma redução no financiamento ou na execução de projetos. Essa fase pode refletir uma retração nas políticas de apoio ao setor, possivelmente influenciada por restrições orçamentárias mais amplas ou mudanças na orientação política.

Os anos de 2022 e 2023, por sua vez, mostram uma continuidade na redução de 2022, mas um aumento substancial em 2023, onde os valores atingem marcos superiores a anos anteriores, exceto 2013. Este aumento recente pode sinalizar uma revitalização do apoio ao setor, talvez como parte de uma nova agenda cultural ou de recuperação econômica pós-pandemia.

Em 2024, a diferença entre os valores empenhados (1,19 bilhão) e pagos (706 milhões) destaca um comprometimento robusto de recursos que ainda não se traduziu completamente em desembolsos efetivos, possivelmente devido a atrasos na execução de projetos ou processos burocráticos.

Essas flutuações são visualizadas no gráfico abaixo, que ilustra a trajetória dos valores empenhados e pagos ao longo do período analisado.

Para uma compreensão mais aprofundada das causas subjacentes às variações orçamentárias observadas, é proposta uma agenda para pesquisas futuras que inclui: (a) investigar como mudanças significativas no cenário político e econômico do país podem ter impactado a dotação de recursos (inclusive a fase pandêmica), especialmente em anos de eleições ou crises econômicas; (b) examinar as políticas públicas implementadas em períodos de aumento (ou redução) do orçamento para avaliar sua eficácia e alinhamento com as necessidades do setor audiovisual. Essa investigação futura poderá oferecer perspectivas mais aprofundadas sobre como os recursos são alocados e geridos, contribuindo para políticas mais eficientes e para o fortalecimento do cinema nacional.

Figura 1: Evolução do Orçamento



Fonte: Elaboração própria a partir de Siga Brasil.

2. Análise de Categorias Econômicas e Subfunções Orçamentárias

A alocação orçamentária pode ser categorizada em duas principais vertentes: (a) despesas de capital e (b) despesas correntes. A análise dos valores empenhados e pagos em cada categoria revela aspectos fundamentais do financiamento do setor audiovisual.

No que tange às despesas de capital, estas totalizam aproximadamente R\$ 9,53 bilhões em valores empenhados e cerca de R\$ 9,44 bilhões pagos, constituindo a maior parte do orçamento. Este tipo de despesa é tipicamente associado a investimentos em projetos de longo prazo, aquisição de equipamentos ou infraestrutura que contribuem diretamente para a capacidade produtiva e operacional da indústria cinematográfica.

Quanto às despesas correntes, com valores empenhados de cerca de R\$ 2,37 bilhões e pagos na ordem de R\$ 2,22 bilhões, estas cobrem os custos operacionais, manutenção e outros pagamentos que não resultam em aquisição de ativos de capital.

Tais gastos incluem salários, serviços de terceiros e manutenção de instalações.

A proporção entre despesas de capital e correntes ressalta um enfoque marcante na expansão e modernização do setor, com a maior parte dos recursos direcionados para investimentos de longo prazo. A figura 2 ilustra esta informação.

Figura 2: Despesa Pública por Categoria Econômica (2011 – 2024)

Categoria Econômica	Valor Empenhado (IPCA)	Valor Pago e Restos a Pagar (IPCA)
DESPESAS DE CAPITAL	9.527.972.220,98	9.440.454.975,32
DESPESAS CORRENTES	2.366.074.058,27	2.219.654.473,58
RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00
Total	11.894.046.279,25	11.660.109.448,91

Fonte: Elaboração própria a partir de Siga Brasil.

3. Despesa de Capital: subfunções orçamentárias

As despesas de capital destacam-se por sua magnitude e pelo foco em áreas específicas que impulsionam o desenvolvimento do setor audiovisual brasileiro. A distribuição desses recursos entre as subfunções revela as prioridades estratégicas e os objetivos de longo prazo da agência, como exhibe a figura 3.

Figura 3: Despesa de Capital e Subfunção Orçamentária (2011 – 2024)

Subfunção	Valor Empenhado (IPCA)	Valor Pago e Restos a Pagar (IPCA)
PROMOÇÃO COMERCIAL	7.864.391.353,23	7.649.372.296,46
DIFUSÃO CULTURAL	1.567.619.408,61	1.715.943.874,58
ADMINISTRAÇÃO GERAL	95.961.459,13	72.616.566,63
NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	0,00	2.522.237,65
Total	9.527.972.220,98	9.440.454.975,32

Fonte: Elaboração própria a partir de Siga Brasil.

No âmbito da ‘promoção comercial’, que absorve a maior parte das despesas de capital com R\$ 7,86 bilhões empenhados e R\$ 7,65 bilhões pagos, o financiamento substancial reflete o compromisso da ANCINE com a promoção do cinema brasileiro tanto em mercados nacionais quanto internacionais. Investimentos nessa área podem incluir atividades como participação em festivais de cinema, campanhas de marketing global e suporte à distribuição de filmes brasileiros no exterior.

A ‘difusão cultural’, com R\$ 1,57 bilhões empenhados e R\$ 1,71 bilhões pagos, foca na disseminação da cultura cinematográfica dentro do país. Os fundos são utilizados provavelmente para a realização de eventos culturais, programas educacionais sobre cinema e projetos que facilitam o acesso ao cinema em regiões menos desenvolvidas do Brasil.

Embora receba um montante menor, a ‘administração geral’, com R\$ 95,96 milhões empenhados e R\$ 72,62 milhões pagos, é crucial para a operação e administração eficaz da ANCINE. Isso inclui despesas com infraestrutura administrativa e sistemas de suporte que facilitam a realização de projetos e operações diárias.

É notável a ausência de despesas de capital na subfunção de ‘normatização e fiscalização’, o que sugere que as atividades regulatórias e de compliance da ANCINE são mantidas principalmente através de despesas correntes, em vez de investimentos de capital.

A concentração de investimentos em "Promoção Comercial" e "Difusão Cultural" destaca uma estratégia orientada não apenas para fortalecer a indústria cinematográfica como um negócio, mas também para promover a cultura cinematográfica como uma ferramenta educacional e de coesão social. Este alinhamento das despesas de capital com as subfunções escolhidas indica uma abordagem holística que busca beneficiar tanto o mercado quanto a sociedade em geral.

A distribuição dos recursos destaca a prioridade da ANCINE em tornar o cinema brasileiro uma marca forte globalmente, enquanto cultiva um apreço interno pela arte cinematográfica. A análise dessas alocações sugere que os investimentos em capital estão bem alinhados com os objetivos de longo prazo de sustentabilidade e expansão da indústria cinematográfica nacional.

4. Despesa Corrente: subfunções orçamentárias

As despesas correntes refletem uma alocação estratégica de recursos que suporta não apenas as operações diárias, mas também as iniciativas regulatórias e de promoção cultural. Essa distribuição orçamentária entre diversas subfunções ilustra claramente o compromisso da ANCINE em manter suas operações eficazes enquanto promove a cultura cinematográfica como uma ferramenta educacional valiosa. A figura 4 ilustra esta informação.

A maior parcela das despesas correntes é direcionada para a ‘Administração Geral’, com R\$ 1,67 bilhões empenhados e R\$ 1,57 bilhões pagos, destacando os recursos destinados à manutenção da operacionalidade da ANCINE. Isso inclui gastos como salários, aluguel de escritórios e outras despesas administrativas essenciais. Estes recursos

são vitais para assegurar que a agência funcione de maneira fluida e eficiente, permitindo que cumpra sua missão reguladora e promotora do cinema brasileiro.

Figura 4: Despesa Corrente e Subfunção Orçamentária (2011 – 2024)

Subfunção	Valor Empenhado (IPCA)	Valor Pago e Restos a Pagar (IPCA)
ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.665.739.217,67	1.567.190.702,32
DIFUSÃO CULTURAL	462.000.456,62	398.306.653,27
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	152.561.622,03	143.583.137,31
PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	31.602.631,47	29.446.234,47
COMUNICAÇÃO SOCIAL	16.340.573,80	35.861.740,12
PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	15.686.014,94	13.556.703,92
ATENÇÃO BÁSICA	13.042.181,54	12.429.318,33
FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	7.813.838,54	7.320.641,77
NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	1.281.258,74	6.027.026,05
REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	6.262,94	6.246,69
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	0,00	5.926.069,33
DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	0,00	0,00
Total	2.366.074.058,27	2.219.654.473,58

Fonte: Elaboração própria a partir de Siga Brasil.

A subfunção de ‘Difusão Cultural’, com R\$ 462 milhões empenhados e R\$ 398 milhões pagos, enfatiza a importância de utilizar o cinema como meio de educação e promoção cultural. Esta subfunção financia uma variedade de projetos, incluindo oficinas, festivais e outras iniciativas que visam aumentar o acesso ao cinema e fomentar a educação cinematográfica por todo o país.

Além disso, ‘Outros Encargos Especiais’ e ‘Proteção e Benefícios ao Trabalhador’ refletem outros aspectos cruciais da gestão de recursos da ANCINE, com gastos que cobrem desde consultorias e assessorias legais até benefícios trabalhistas, assegurando que a agência não apenas opera dentro de um quadro legal robusto, mas também cuida bem de seus funcionários.

Importante destacar é a ‘Comunicação Social’, que viu um investimento inicial de R\$ 16,34 milhões e pagamentos que totalizaram R\$ 35,86 milhões, indicando um aumento nas atividades de comunicação ao longo do ano. Esta subfunção é essencial para a estratégia de comunicação da ANCINE, promovendo suas atividades e o cinema nacional de forma mais ampla.

Ademais, a subfunção de ‘Normatização e Fiscalização’, que envolve uma despesa significativa de R\$ 1,28 milhões empenhados e R\$ 6,03 milhões pagos, reforça o papel da ANCINE na regulamentação e fiscalização do setor cinematográfico, um elemento fundamental para manter a integridade e o desenvolvimento da indústria.

Essas despesas correntes demonstram um equilíbrio cuidadoso entre garantir a funcionalidade administrativa da ANCINE e investir em atividades que promovem o cinema como um elemento cultural e educativo. Essa estratégia não só assegura que as operações diárias da agência sejam mantidas de forma eficiente, mas também apoia iniciativas que fortalecem a indústria cinematográfica como um todo, reforçando o papel da ANCINE como uma entidade que sustenta e desenvolve a indústria cinematográfica nacional.

5. Principais programas internos e seus investimentos

A estrutura do orçamento revela um compromisso robusto com o crescimento e a sustentabilidade do setor audiovisual brasileiro, refletido nos diversos programas internos que abrangem desde investimentos retornáveis até o financiamento de iniciativas culturais. Esses programas são fundamentais para impulsionar o desenvolvimento estratégico e operacional da indústria cinematográfica no Brasil.

Dentre os destaques do orçamento, os ‘Investimentos Retornáveis no Setor Audiovisual’ representam o maior volume de recursos, com R\$ 5,39 bilhões empenhados e aproximadamente R\$ 5,56 bilhões efetivamente pagos. Esses investimentos funcionam como um estímulo à produção e distribuição de conteúdo cinematográfico, projetando um retorno financeiro que sustenta a viabilidade do setor a longo prazo.

Outro pilar fundamental é o ‘Financiamento ao Setor Audiovisual – FSA’, que com R\$ 564,92 milhões empenhados e pagos, demonstra a prioridade da ANCINE em apoiar projetos que enriquecem a diversidade e a expressão cultural do cinema nacional. Este financiamento é crucial para projetos que, embora possam não garantir retorno imediato, são essenciais para a promoção da cultura e das artes no país.

A manutenção das operações diárias da ANCINE é assegurada por gastos substanciais com o ‘Pagamento de Pessoal Ativo da União’ e a manutenção dos ‘Ativos Cíveis da União’, onde R\$ 437,55 milhões e R\$ 280,41 milhões foram respectivamente

empenhados. Estes investimentos garantem que a agência disponha dos recursos humanos e físicos necessários para suas operações contínuas.

Figura 5: Principais Programas Internos e investimentos (2011 – 2024)

Programa Interno	Valor Empenhado (IPCA)	Valor Pago e Restos a Pagar (IPCA)
INVESTIMENTOS RETORNAVEIS NO SETOR AUDIOVISUA	5.391.936.297,89	5.559.435.223,33
INVESTIMENTOS RETORNAVEIS - SETOR AUDIOVISUAL	1.583.648.878,19	1.172.620.785,37
FINANCIAMENTO AO SETOR AUDIOVISUAL	997.189.049,14	1.043.696.137,25
INVESTIM RETORNAVEIS SETOR AUDIOVISUAL - FSA	0,00	647.335.089,59
FINANCIAMENTO AO SETOR AUDIOVISUAL - FSA	564.922.836,72	562.157.660,75
PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO	437.553.722,70	425.147.661,65
ATIVOS CIVIS DA UNIAO	280.416.885,56	246.306.208,33
PESSOAL	209.979.355,66	206.084.176,79
NÃO INFORMADO	811.288.652,08	189.762.991,57
INVESTIMENTOS RETORNAVEIS SETOR AUDIOVISUAL	157.049.422,45	155.286.695,37
FUNDO SETORIAL DO AUDIOVISUAL-FSA	0,00	106.055.275,86
PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO	100.669.593,28	97.621.791,50
ATIVOS CIVIS DA UNIDAO	92.059.239,23	89.935.485,97
ACOES DE INFORMATICA	84.126.916,88	75.890.689,02
OUTROS SERVICOS	82.384.427,65	75.475.877,84
ADMINISTRACAO DOS INVESTIMENTOS RETORNAVEIS N	58.480.145,23	73.834.463,93
ADMINISTRACAO DOS INVESTIMENTOS RETORNAVEIS	95.556.159,91	68.686.819,18
CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA DOS SERV PUBLICOS	44.473.720,50	43.343.123,10
APOIO A PROJETOS	75.323.898,59	42.015.461,87
APOIO A PROJETOS - FSA	6.982.212,55	39.820.551,15
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS	43.617.051,52	39.411.251,16
CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA DOS SERVIDORES	39.056.941,66	38.161.730,39
CONTRIBUICAO	34.686.401,47	34.118.040,78
MANUTENCAO	34.964.320,49	33.542.429,79
CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E F	35.129.944,81	33.129.154,27
UTILIZACAO DE IMOVEIS	31.036.005,53	30.677.402,37
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - MANUTENCAO GER	25.874.581,52	23.040.659,68
OUTRAS ACOES DE INFORMATICA	23.312.145,32	22.511.000,28
CONTRIBUICAO PATRONAL	22.200.033,39	21.389.750,32
Total	11.894.046.279,25	11.660.109.448,91

Fonte: Elaboração própria a partir de Siga Brasil.

Além disso, a ANCINE investe em ‘Outros Serviços de Terceiros’ e na ‘Manutenção Geral’, que cobrem serviços externos essenciais para a operação que não são realizados internamente, assegurando que todas as infraestruturas sejam mantidas em condições ideais para suportar todas as atividades do setor audiovisual.

Os gastos com a ‘Contribuição Previdenciária dos Servidores Públicos’ e a ‘Contribuição Patronal’, que somam R\$ 44,47 milhões e R\$ 20,22 milhões empenhados respectivamente, refletem os encargos sociais e as responsabilidades da ANCINE como empregadora,

demonstrando o cumprimento de obrigações legais e contribuições necessárias para a gestão de pessoal.

A distribuição estratégica dos recursos orçamentários da ANCINE não apenas destaca a amplitude das suas operações, mas também a sua estratégia para equilibrar investimentos de alto retorno com iniciativas de fomento cultural e operacional. Este planejamento orçamentário é uma demonstração clara do esforço da agência para fortalecer a indústria cinematográfica brasileira, promovendo tanto a viabilidade econômica quanto o valor cultural e educacional do cinema, garantindo assim um desenvolvimento contínuo e sustentável do setor no país.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou a alocação de recursos e execução orçamentária da Agência Nacional do Cinema (ANCINE) ao longo da última década, com foco em identificar tendências, áreas prioritárias e o direcionamento estratégico no setor audiovisual brasileiro.

Foi observada uma trajetória de expansão, consolidação e retração dos valores empenhados e pagos ao longo dos anos. O período entre 2011 e 2013 destacou-se pelo crescimento expressivo no orçamento, seguido de uma fase de estabilização e leve retração entre 2014 e 2017. Nos anos subsequentes, identificou-se uma tendência de declínio, possivelmente associada a restrições orçamentárias e mudanças na orientação político-econômica. Um aumento expressivo em 2023, pós-pandemia, sugere uma revitalização dos investimentos, enquanto em 2024, a diferença significativa entre valores empenhados e pagos indica desafios na execução de projetos.

Além disso, revelou-se que a maior parte dos recursos foi direcionada para despesas de capital, com foco em investimentos de longo prazo no setor. Destaca-se a importância atribuída à "Promoção Comercial" e à "Difusão Cultural", áreas fundamentais para o fortalecimento e a expansão do cinema brasileiro, tanto no mercado interno quanto internacionalmente. Em contrapartida, as despesas correntes foram alocadas para sustentar a administração da agência e para iniciativas regulatórias e de comunicação social, garantindo o funcionamento eficaz e a promoção do cinema como ferramenta cultural e educativa.

Evidenciou-se o papel central dos investimentos retornáveis e do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) no suporte à produção e distribuição de conteúdo, com foco em sustentabilidade econômica e diversificação cultural. Esses programas refletem um compromisso estratégico com o desenvolvimento do setor, equilibrando investimentos de alto retorno com ações voltadas para a promoção e preservação da cultura nacional.

Como recomendações para futuras pesquisas, sugere-se investigar o impacto de mudanças políticas e econômicas sobre a alocação de recursos, especialmente em períodos eleitorais ou de crise. Estudos futuros também podem avaliar a eficácia das políticas públicas implementadas nos momentos de expansão e retração do orçamento, buscando entender melhor como essas políticas se alinham às necessidades do setor. Essas conclusões ressaltam o papel estratégico da ANCINE no fortalecimento do setor audiovisual brasileiro, reforçando a importância de políticas de financiamento consistentes e adaptáveis para sustentar o crescimento e a diversidade do cinema nacional.

6. REFERÊNCIAS

- BRASIL.** *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- CARNEIRO, F. H.; PEREIRA, C. C.; TEIXEIRA, M. R.; HÚNGARO, E. M.; MASCARENHAS, F.** Orçamento do esporte no governo Dilma: a primazia dos interesses econômicos e o direito escanteado. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 41, n. 4, p. 343–349, 2019.
- NAPOLITANO, M.** *Coração civil – a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964–1985)*. v. 1, n. 1, p. 302, 2018.
- SILVA, F. A. B.; SANTANA, H. L. S.; SANTOS, J. E.** O orçamento da cultura: desempenho dos direitos no contexto fiscal brasileiro. *Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor*, v. 5, n. 1, p. 545–583, 2018.
- SOUZA, M. M.; ALEM, N. M.** Direito à cultura e políticas públicas no Brasil: uma análise dos gastos diretos e indiretos com o setor audiovisual durante a Nova República. *Brazilian Journal of Empirical Legal Studies*, v. 3, n. 2, p. 93–112, 2016.

^{1,2} **Graduando em Administração, Athon – Ensino Superior, Sorocaba, Brasil**

³ **Cientista Econômico, Doutorando em Ciências – Tecnologia Nuclear (IPEN/USP), Professor Athon – Ensino Superior, Sorocaba, Brasil, jordao@usp.br**

⁴ **Publicitária, Mestra em Comunicação e Cultura, Aluna especial do Doutorado em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba (Uniso), Professora Athon – Ensino Superior, Sorocaba, Brasil, jessica.raszl@athonedu.com.br**